

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.393 - RS (2019/0327538-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : MARTIN ANDRE HIRSCH  
**RECORRENTE** : ROSE MARIA SCHMIDT HIRSCH  
**ADVOGADO** : LUCIANO ALMEIDA - RS051622  
**RECORRIDO** : ARNILDO EMILIO WENDT  
**RECORRIDO** : EDUARDO FERREIRA FISCHER  
**RECORRIDO** : JULIANO DO COUTO RAMPELOTTO  
**ADVOGADOS** : EDUARDO FERREIRA FISCHER (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS038888  
JULIANO DO COUTO RAMPELOTTO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS047392

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARTIN ANDRÉ HIRSCH e OUTRA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS. SUCUMBENCIAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ART. 85, §22, CPC.*

*Conforme disposto no §2º do artigo 85 do CPC, os honorários serão obrigatoriamente fixados entre 10% e 20% sobre o montante da condenação ou sobre o proveito econômico. Se ausentes ou irrisórios estes dois critérios, utilizar-se-á o valor da causa, situação dos autos que leva à procedência do recurso.*

*APELO PROVIDO. UNÂNIME.*

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para sanar erro material do dispositivo da decisão, a fim de constar o provimento do recurso (e-STJ, fls. 195-198).

Em suas razões recursais, a parte recorrente alega violação do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015, defendendo a observância da ordem legal de preferência da base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais, a qual determina a utilização do valor da condenação ou do proveito econômico existentes nos autos, circunstância impeditiva da utilização do valor da causa. Assevera a necessidade de arbitramento por equidade no caso em que os honorários forem excessivos e desproporcionais ao proveito econômico.

Contrarrazões apresentadas às fls. 228-239 (e-STJ), nas quais, além da defesa da manutenção do acórdão recorrido, são suscitadas a ausência de

prequestionamento e a incidência do óbice recursal da Súmula 7/STJ.

É o relatório. Decido.

O recurso especial merece prosperar.

Inicialmente, embora o exame do mérito do recurso especial torne presumido o atendimento dos pressupostos processuais, em atenção à argumentação expendida pela parte contrária, consigno terem sido analisados o conteúdo normativo dos dispositivos legais apontados como violados, inclusive com expressa referência dos mesmos.

Além disso, não é necessário o reexame fático-probatório, vedado pela Súmula 7/STJ, pelo fato de a pretensão recursal ser voltada à correta aplicação da base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais, em vez da revisão direta da razoabilidade do montante fixado, vedada pelo aludido óbice sumular, sendo possível o exame do recurso, porquanto todas as circunstâncias necessárias ao proferimento da decisão podem ser extraídas das decisões proferidas pelas instâncias ordinárias e das peças processuais apresentadas por ambas as partes, como a seguir será indicado. Não obstante, é possível a revisão pelo STJ do *quantum* arbitrado pela origem quando irrisório ou exorbitante (v.g. REsp 1.577.229/MG, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe de 14/11/2016; e AgRg no REsp 1.326.834/AM, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe de 19/03/2015), precisamente os critérios de razoabilidade postos em discussão nos autos.

Conforme orientação jurisprudencial da Segunda Seção do STJ, firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR em 13/2/2019, os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados, em regra, com observância dos percentuais e da ordem de gradação da base de cálculo estabelecida pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015, nos seguintes termos: 1º) com base no valor da condenação; 2º) não havendo condenação ou não sendo possível valer-se da condenação, por exemplo, porque irrisória, com base no proveito econômico obtido pelo vencedor; ou 3º) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa.

Segundo essa posição, é subsidiária a aplicação do art. 85, § 8º, do CPC/2015, apenas possível **quando havendo ou não proveito econômico for ele irrisório ou inestimável e o valor da causa for baixo**, ou seja, na ausência de qualquer

das hipóteses do § 2º do mesmo dispositivo: "assim, a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do art. 85, § 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no § 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado".

Cumprе destacar que o § 6º do mesmo artigo orienta que os limites e critérios previstos no § 2º aplicam-se independentemente do conteúdo da decisão, "inclusive aos casos de improcedência ou de **sentença sem resolução de mérito**".

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.*

*3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)*

No caso dos autos, a **sentença** de procedência da ação de nunciação de obra nova foi proferida em **28/11/2018** (e-STJ, fls. 147-151), após a vigência do CPC/2015 (**18/3/2016**), a qual foi reformada pelo Tribunal de origem para **arbitrar os honorários**

**advocatícios em 10% sobre o valor da causa** – R\$ 205.197,00 (duzentos e cinco mil, cento e noventa e sete reais) –, com fundamento conclusão de ser **irrisório o valor da condenação** imposta para a reparação dos prejuízos materiais – R\$ 5.197,00 (cinco mil, cento e noventa e sete reais) – (e-STJ, fls. 175-183):

**VOTOS**

**DES. GELSON ROLIM STOCKER (RELATOR)**

(...)

*A sentença julgou procedente a ação, condenando os apelados ao pagamento de indenização pelos danos ao apelante em razão das obras que realizaram em seu terreno, cujo valor correspondente aos gastos com tubulação de esgoto e honorários periciais, no total de R\$5.197,00, sendo que os réus deverão arcar com a integralidade das custas e com os honorários advocatícios da parte autora, pois, ainda que a ordem de embargo da obra e realização de drenagem da água pluvial tenham sido imediatamente cumpridas, foram os apelados quem deram causa ao ajuizamento do feito.*

*Foram fixadas as verbas honorárias em 20% do valor da indenização pecuniária fixada, já atualizada, levando em consideração a qualidade do trabalho realizado pelos profissionais, o tempo pelo qual se estendeu a lide e a desnecessidade de realização de atos instrutórios.*

*Pois bem, conforme entendimento desta Câmara, quanto aos sucumbenciais, a regra para o seu arbitramento está disposta no artigo 85, §2º do CPC.*

*Ou seja, a partir da vigência do atual códex processual, os honorários serão obrigatoriamente fixados entre 10% e 20% sobre o montante da condenação ou sobre o proveito econômico e, ausentes estes dois critérios, utilizar-se-á o valor da causa. É evidente que deveremos observar a regra disposta nos incisos de I a IV constantes do §2º do mencionado artigo e transcrito na "nota 1" abaixo, MAS, a toda evidência, essa regra estipula os critérios pelos quais o julgador fixará os honorários entre o mínimo e o máximo previsto na lei.*

*E a hipótese de **apreciação equitativa regulada no §8º do art. 85 do CPC2**, ou seja, a hipótese para o magistrado sair do mínimo e do máximo previsto no § 2º do art. 85 do CPC, é taxativa e, por isso, somente será aplicada nas causas em que for inestimável (sem poder ser estimada no momento da fixação) ou irrisório o proveito econômico, ou, ainda, quando o valor da causa for baixo.*

(...)

**DO EXAME DO CASO CONCRETO:**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Trata-se de ação condenatória e constitutiva, sendo que o percentual mínimo de 10% a um máximo de 20% sobre o valor atualizado da causa, não sendo possível a fixação do valor do proveito econômico.*

*Assim, tendo em vista que o valor da condenação é irrisório e, por via de consequência a verba honorária será aviltante, é de se fixar a verba honorária sob o valor da causa, o que faço em 10%..*

Desse modo, constata-se a divergência entre o acórdão recorrido e a orientação jurisprudencial desta Corte, especialmente porque o valor da condenação imposta – R\$ 5.197,00 (cinco mil, cento e noventa e sete reais) – e os honorários advocatícios arbitrados pela sentença – em 20% (equivalentes a R\$ 1.039,40) – não podem ser considerados irrisórios. Com efeito, o valor da condenação supera 5 (cinco) vezes o valor do salário mínimo nacional, montante que, embora não muito elevado, não é extremamente baixo para autorizar o afastamento da ordem de gradação do art. 85, § 2º, do CPC/2015. Some-se a tudo isso a baixa complexidade da ação, com pouco tempo de tramitação e sem necessidade de instrução, conforme apontado pelas decisões proferidas pelas instâncias ordinárias.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de fixar os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pela parte ré, ora recorrente, aos procuradores da parte autora, ora recorrida, em 20% sobre o valor atualizado da condenação de R\$ 5.197,00 (cinco mil, cento e noventa e sete reais).

Publique-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator